

Justiça do Grande ABC emite 10 medidas protetivas por dia

Em 2023 foram concedidos 3.849 recursos, sendo 18,2% maior em comparação ao mesmo período de 2022, que registrou 3.256 casos

BEATRIZ MIRELLE
beatrizmirelle@gabc.com.br

O Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu 3.849 medidas protetivas entre janeiro e dezembro de 2023 para vítimas de maus tratos do Grande ABC. O número indica que, por dia, 10 mulheres começam a ser protegidas pelo recurso baseado na Lei Maria da Penha. O índice teve alta de 18,2% em comparação ao mesmo período de 2022, que registrou 3.256 casos. O Foro de São Bernardo lidera as estatísticas, com 1.166 concessões, seguido por Santo André com 990 medidas em 2023.

A delegada Daniele Andrade Rodrigues, titular da Delegacia da Mulher de Santo André, explica que o pedido de medida protetiva de urgência pode ser solicitado mesmo que o caso relatado pela vítima não tipifique crime. Sendo assim, de acordo com a Lei Federal nº 14.550 de 19 de abril de 2023, é possível pedir o recurso sem que exista inquérito policial ou BO (Boletim de Ocorrência). "Essa lei criou a possibilidade de se pedir medida protetiva independentemente da existência do crime. Por exemplo, quando o homem controla todo o salário da mulher ou a proibiu de trabalhar, isso não configura crime, mas, hoje, você pode pedir medida protetiva mesmo assim. Se a mulher



PROTEÇÃO. Vem Maria, em Santo André, presta assistência psicológica às mulheres vítimas de violência

vai a uma delegacia e relata algo que nós entendemos que não é crime, não fazemos o boletim de ocorrência, mas tomamos as declarações dela e encaminhamos ao judiciário. Nós não fazemos juízo de valor. Se ela diz que precisa (da medida protetiva), nós pedimos e quem decide é a Justiça", declara a delegada.

Descumprir a decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência pode gerar detenção de três meses a dois anos. "Quando o juiz deferiu a medida, ela só começa a valer quando o agressor for formalmente notificado. A gente insinua pelo artigo 24A da Lei

Maria da Penha em caso de descumprimento, passivo de prisão preventiva."

Segundo a delegada, os tipos de medidas protetivas mais solicitadas são de afastamento do lar ou local de convivência com a ofendida, contato e/ou aproximação da vítima, familiares e testemunhas, fixando limite mínimo de distância entre estes e o agressor.

A Lei Maria da Penha prevê cinco formas de violência doméstica contra a mulher. São elas, física (tapas, empurrões, socos, murros e chutes), psicológica (qualquer tipo de ato que mine a autoestima da mulher e sua liberdade, como

ameaça e perseguição); sexual (estupro, divulgação ou registro de imagens íntimas sem consentimento); patrimonial (qualquer tipo de conduta que aninje a autonomia econômica da mulher, como destruição de bens e pegar dinheiro na conta dela); e moral (calúnia, injúria e difamação).

"Normalmente, o ciclo de violência não começa com a agressão. Ele é progressivo. Começa com xingamentos, um empurrão, um tapinha desprezioso até que chega a uma violência física. A mulher, às vezes, se sente responsável pelo ato do outro, vai permitindo pequenas violências e abre

MEDIDAS PROTETIVAS CONCEDIDAS - LEI MARIA DA PENHA

Comarcas	2022	2023	Varição
Santo André	928	990	6,7 %
São Bernardo	1.042	1.166	12 %
São Caetano	120	170	41,6 %
Diadema	349	474	35,8 %
Mauá	689	830	20,5 %
Ribeirão Pires	120	128	5%
Rio Grande da Serra	8	93	1.062,5 %
Grande ABC	3.256	3.849	18,2%

Foto: SP/Divisão de Apoio do Foro de São Paulo

Eden Marini, Editora da ABC

mão da liberdade. Muitas também possuem dependência financeira ou não denunciam porque pensam nos filhos. Às vezes, a mulher é vítima e nem sabe. Acaba fazendo coisas para agradá-lo e não percebe que está sofrendo violência psicológica", diz a delegada Daniele Rodrigues.

TORNOZELEIRA

O número de medidas protetivas de urgência solicitadas pela Delegacia de Defesa da Mulher on-line de São Paulo aumentou 53,9% entre 2022 e 2023, de acordo com a SSP (Secretaria de Segurança Pública do Estado). "Em 2022, foram solicitadas 17.536 medidas protetivas. Já em 2023, até dezembro, eram 26.956 solicitações. O monitoramento do agressor ocorre de acordo do local onde o fato ocorreu, em cada região há programas específicos que podem fazer o monitoramento como a patru-

lha Maria da Penha, rondas da GCM (Guarda Civil Metropolitana) e boião do pânico", pontuou em nota.

A Pasta iniciou um projeto piloto na Capital para o uso de tornozeleiras eletrônicas. Em quatro meses de teste, 144 detidos receberam tornozeleira eletrônica após deliberação do Poder Judiciário em audiências de custódia. Deste total, 65 foram por causa de violência doméstica. A ideia é que o recurso seja ampliado para todo o Estado até o fim de 2024.

"Esse projeto foi um grande acerto para que, de fato, o agressor detido por violência doméstica e solto em audiência de custódia seja monitorado e, em caso de descumprimento das medidas impostas, possa ser preso por uma equipe da Polícia Militar. Dessa forma, evitamos que ele se aproxime da vítima", comentou o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, em nota.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1